

## É possível ser mãe-aluna? Notas sobre a moralização da gravidez/maternidade e as práticas de cuidado que favorecem a permanência nas instituições de ensino

### RESUMO

**Célia Ratusniak**

E-mail: [celia5696@hotmail.com](mailto:celia5696@hotmail.com)

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

**Maria Rita de Assis César**

E-mail:

[mritacesar@yahoo.com.br](mailto:mritacesar@yahoo.com.br)

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

**Carla Clauber da Silva**

E-mail:

Prefeitura Municipal de Joinville, Joinville, Santa

Catarina, Brasil

O cuidado com a família é o segundo motivo da evasão escolar de alunas. O objetivo deste trabalho é problematizar como o dispositivo da sexualidade opera as biopolíticas que impedem ou dificultam a permanência das alunas grávidas e mães nas instituições de ensino, deslocando-as para o espaço doméstico. O texto toma como ponto de partida a experiência de duas alunas que deixaram de frequentar a escola durante a gravidez, dando especial atenção aos efeitos do olhar vigilante que as julga, tornando o ficar em casa um lugar de refúgio que as protege dos efeitos da moralização da gravidez. Posteriormente, analisa algumas ações de cuidado a partir das organizações coletivas de mulheres que denunciam as violências endereçadas às alunas-mães que resolvem seguir os estudos e que fortalecem a resistência contra as expulsões compulsórias, produzindo movimentos que institucionalizam o cuidado, impulsionando a elaboração de políticas de permanência dessas alunas nas instituições de ensino.

**PALAVRAS-CHAVE:** Expulsões compulsórias. Gravidez. Maternidade. Instituições de ensino. Dispositivo da sexualidade.

## INTRODUÇÃO

Por que é tão difícil para uma aluna-mãe permanecer estudando? A notícia da gravidez coloca barreiras no prosseguimento dos estudos. Este texto se propõe a problematizar tais barreiras, discutindo como o dispositivo da sexualidade disciplina as alunas-mães para o cuidado com a família, naturalizando que desempenhem essa função quando não encontram condições favoráveis para conciliar a maternidade com os estudos. Também apresenta possibilidades de remoção dessas barreiras.

Quando uma aluna engravida, recai sobre ela a responsabilidade de cuidar de seu/sua filho/a. Essa é a norma. Mas desde quando? Qual foi o contexto histórico, econômico e cultural que colocou nas mulheres a responsabilidade pelo cuidado com a família?

Problematizaremos aqui a constituição da obrigação das mulheres em cuidar da família. Para tanto, trabalharemos com a constituição do mito do amor materno e a produção das biopolíticas endereçadas às mulheres. Posteriormente, apresentaremos duas situações em que a permanência de alunas-mães vai sendo dificultada por mecanismos finos por onde opera o dispositivo da sexualidade, que as vão expulsando até que deixem de ser alunas e passem a ser somente mães. Para tanto, usaremos o conceito de expulsões compulsórias (BENTO, 2011; Isaías OLIVEIRA JÚNIOR; MAIO, 2016; RATUSNIAK, 2019). Por fim, traremos algumas ações isoladas que aparecem como contraconduta e que vêm permitindo que as alunas-mães possam estudar.

## A RESPONSABILIZAÇÃO DAS MULHERES PELO CUIDADO COM A FAMÍLIA

O Módulo Educação, da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (PNAD) Contínua de 2016, retrata o quadro das dificuldades de permanência na escolarização de mulheres:

[...] uma em cada quatro mulheres jovens de 14 a 29 que não estudavam, em 2016, alegaram [*sic*] como motivo a necessidade de realizar afazeres domésticos e cuidar de crianças ou idosos. O percentual de mulheres nessa faixa que mencionaram essa razão (26,1%) era 30 vezes superior ao dos homens (0,8%) (SARAIVA, 2018, s.p.).

O cuidado com a família e os afazeres domésticos são o segundo motivo que favorece a evasão escolar no Brasil, ficando apenas atrás do trabalho remunerado. Essa condição da mulher mantém uma situação ou de dependência do companheiro ou de dependência do Estado (SARAIVA, 2018). Nos dois casos, é exigido às mulheres que o cuidado com a família seja prioridade.

A educação básica é um direito de toda a população de 4 a 17 anos. Para as alunas que engravidam ou são mães, tal direito passa a ser condicionado à possibilidade de conciliá-lo com o cuidado de seus/suas filhos/as. Uma pesquisa de doutorado que investigou os processos por abandono intelectual em uma comarca no sul do Paraná mostrou que, em 2018, 41% das alunas que desistiram de estudar alegaram como motivo o cuidado com a família. Desse total, 24% estava grávida, 23% era mãe, 14% vivia casada ou em união estável e 3% estava em licença-maternidade (RATUSNIAK, 2019).

As condições que favorecem o abandono escolar das estudantes são compostas por uma rede de discursos e práticas que não operam de maneira direta, aparente. Oficialmente, ninguém impede que estudem. O que torna sua permanência insustentável, insuportável, são as barreiras e os julgamentos constituídos de discursos e práticas que compõem o dispositivo da sexualidade e que colocam o cuidado com a família como uma função da mulher.

O conceito de dispositivo é uma das chaves da teoria foucaultiana, composto pelas práticas, discursos, leis, regulamentos, instruções, disposições arquitetônicas, instituições. Nas palavras de Michel Foucault (2014, p. 45), são os elementos tanto “[...] do dito, tanto quanto do não dito”. O dispositivo se estende às instâncias que regulam os modos de viver, respondendo a uma urgência que surge num dado momento histórico, econômico, cultural, objetivando e subjetivando o sujeito, de modo a conduzir as suas condutas.

Neste trabalho, interessa-nos problematizar como o dispositivo da sexualidade vai agir sobre as mulheres, produzindo a norma sobre as práticas correspondentes ao gênero e que as dispõem em determinados lugares sociais. Consideramos aqui o gênero como um marcador social que se produz em atividade incessante, com uma norma própria que o regula, mas também regulado por outras normas operadas por outros marcadores sociais:

O gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 2015, p. 20).

Assim, ser mulher e ser adolescente, interseccionando gênero e geração, produz modos de vida que não incluem a maternidade, fazendo agir sobre essa população biopolíticas operadas pelo dispositivo da sexualidade, direcionando suas vidas para a escolarização e a empregabilidade. Esse dispositivo resulta de uma grade de inteligibilidade econômica, que é aplicada para os fenômenos sociais, gerindo a vida a partir das relações de produção e de consumo (FOUCAULT, 2008).

Foucault demarca quatro grandes conjuntos estratégicos que no século XVIII produziram os saberes do dispositivo da sexualidade: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso (FOUCAULT, 1988). Esses saberes oferecem pistas sobre a produção de normas que aliam a mulher à maternidade. Para o presente texto, interessam-nos o primeiro e o terceiro grupos.

O corpo da histórica, figura produzida pela psicanálise, era um corpo saturado de sexualidade no qual as práticas médicas se debruçaram. Esse corpo

[...] foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, sua imagem em negativo que é

a “mulher nervosa”, constitui a forma mais visível dessa histerização (FOUCAULT, 1988, p. 99).

Ao mesmo tempo em que se produz tal figura, também se promove o controle das condutas de reprodução, com a produção e disseminação de saberes sobre a necessidade social do aumento ou diminuição da natalidade, dos grupos onde ter filhos ou filhas era recomendável, dos cuidados com as crianças que eram produzidos pela medicina social e fiscalizados pela polícia, que fortalecia a família como a responsável pela produção dos indivíduos saudáveis para a sociedade. O dispositivo da sexualidade foi expandindo as formas de controle, aliando-se à economia para fabricar corpos que produzem e consomem.

A família é o suporte permanente onde o dispositivo da sexualidade se fixa. Nesse espaço, ele vai se expandindo por duas dimensões fundamentais: os eixos marido-mulher e pais-filhos/as-mães-filhas/os. A partir da consolidação dessas dimensões foi possível desenvolver dois dos principais elementos desse dispositivo: o controle do corpo feminino e a regulação dos nascimentos. Não podemos esquecer que nesse período há uma intensa campanha de demarcação da família como o lugar dos afetos e do sentimento de amor entre seus membros, o que produziria a necessidade de cuidado. O pai e a mãe são acionados como agentes do dispositivo da sexualidade, apoiados e aliados aos saberes dos médicos, dos pedagogos e, posteriormente, da psiquiatria (FOUCAULT, 1988).

Para Elisabeth Badinter, a naturalização da função da mulher como a produtora de sujeitos foi reforçada pela essencialização da maternidade como a natureza feminina, ratificada pela produção da verdade de que a mulher só se tornaria completa quando se tornasse mãe. O amor materno não é universal; trata-se de um dos sentimentos em meio a tantos outros que habitam as mulheres e que são produzidos socialmente (BADINTER, 1985)

Analisando as formas de viver das mães ao longo da história, a filósofa constatou que os cuidados e “as diferentes maneiras de expressar o amor materno vão do mais ou menos, passando pelo nada, ou o quase nada” (BADINTER, 1985, p. 23). A pressão sobre as mulheres, responsabilizando-as pela felicidade e realização, chegaria ao extremo quando finalmente a mãe produzisse um adulto.

O dispositivo pedagógico soma-se ao dispositivo da sexualidade, auxiliando na produção de uma norma para a maternidade suficientemente boa. A partir de 1760, publicações francesas ressaltavam em campanhas a importância dos cuidados maternos, produzindo uma posição social de respeito para as mulheres a partir da constituição da família e do exercício da maternidade.

A mortalidade infantil era muito alta nessa época, e cuidar das crianças significava produzir mão de obra para uma Europa que rapidamente se industrializava. Por isso, o Estado oferecia incentivos financeiros às famílias numerosas e para as mães que cuidavam de suas crianças. O fortalecimento da família, dividindo as funções entre provisão material e cuidados, consolidou os papéis sociais do homem e da mulher, ressignificando o casamento como “[...] o lugar privilegiado da felicidade, da alegria e da ternura. Seu ponto culminante: a procriação” (BADINTER, 1985, p. 178).

A Psicanálise utilizará como uma de suas técnicas a interrogação da infância, de forma a buscar a origem dos problemas psíquicos. Esse campo de saberes aumentou a importância da mãe e apologizou a questão da mãe má (BADINTER, 1985). Os olhares redobram-se para as mães, e elas passam a ser responsabilizadas

pelos traumas e, em seu duplo, pela felicidade. Assim, os saberes que produzem as teorias do desenvolvimento infantil passaram a recomendar uma série de cuidados com as crianças em direção à produção de um sujeito equilibrado.

A produção e o fortalecimento da mãe suficientemente boa impulsionaram várias campanhas a partir do século XVIII, que objetivavam estabelecer uma aliança entre a medicina social e as mulheres, atribuindo a elas a função de vigilância constante sobre os hábitos de alimentação, saúde, higiene e sexualidade das crianças e dos adolescentes. Quando a mulher não assumia a função da mãe suficientemente boa, configuravam-se desvios que acionavam as especialidades médicas, psicológicas e sociais para a recondução ao desenvolvimento “normal” (CASTEL, 1987).

Silvana Darré (2013) problematizou a constituição social da mãe produzida pelas tecnologias de gênero desenvolvidas a partir das pedagogias maternas, que produzem as subjetividades ligadas à maternidade:

[...] de modo constante se refuerza la idea de que a madre es la única responsable de las cualidades de su descendência y, por extensión, también responsable del futuro de la humanidad (sea bajo la idea de nación, de futuro de la raza, de canon de salud física o mental, de la felicidad de las nuevas generaciones, o del orden social en general) (DARRÉ, 2013, p. 13).

A relação entre os cuidados oferecidos pela maternidade e o grau de civilidade de uma população tornou a criação de uma criança um trabalho complexo, que precisaria ser fundamentado com saberes das áreas psi (psicologia, psiquiatria, psicanálise), as quais constituíram as pedagogias maternas. Buscaram na mãe os desvios de conduta e os problemas no desenvolvimento, aplicando técnicas de correção para a maternidade inadequada.

Temos, assim, um contexto que produziu as biopolíticas endereçadas às mulheres, utilizando como estratégia a verdade de que o amor materno seria um sentimento universal, transformando a maternidade um desejo para todas.

As biopolíticas que empurraram as mulheres para o espaço doméstico também operavam pela normatização das condutas a partir das legislações que as impediam de ocupar outros espaços. No Brasil, o Código Civil de 1916 considerava a mulher casada como civilmente incapaz. A permissão dos maridos para trabalhar esperaria até 1943 e, mesmo assim, só poderia ser concedida se eles fossem considerados incapazes para o trabalho (SCOTT, 2013).

A licença-maternidade é um direito adquirido em 1943. Inicialmente era paga pelo empregador, o que fazia com que as mulheres fossem preteridas nas contratações. Ela só passou a ser feita pela previdência social em 1973 (LESSA, 2007). Porém a mudança não garantiu a possibilidade de continuar trabalhando após ser mãe. A pesquisa “Licença maternidade e suas consequências no mercado de trabalho do Brasil”, feita pela FGV, mostra que após 12 meses de licença-maternidade 48% das mulheres foram demitidas (BERTHO, 2017).

Silvia Alexim Nunes (2013) problematizou as tecnologias biopolíticas utilizadas para produzir a figura da mãe zelosa. A psicanalista constatou que elas produzem uma regulação da sexualidade da mulher por meio da medicalização do seu corpo, preparando-o para gerar filhos no tempo certo, que não é a adolescência. Para adequar a idade da maternidade às biopolíticas endereçadas às

mulheres, instituem-se regras de higiene e de condutas que fundam “[...] uma estratégia de controle minucioso da vida e da sexualidade feminina que deveria ter início desde a infância (NUNES, 2013, p. 4).

Esse contexto produziu como função social para a mulher o cuidado com a família. Se a gravidez acontece, ela precisará conciliar as demais tarefas com a maternidade, que passa a ser prioridade. Se a mulher for uma aluna, a continuidade na escola está condicionada a delegar a alguém (provavelmente outra mulher) o cuidado com a/o filha/o. Do contrário, naturaliza-se que ela deixe de estudar, cuide da criança e retorne somente quando encontre condição favorável. Não há um estranhamento se não vem mais à escola. Agora é mãe.

### **ALUNAS. ALUNAS-GRÁVIDAS. ALUNAS-MÃES. MÃES-ALUNAS. MÃES**

Problematizaremos a história de duas alunas que deixaram de estudar depois que engravidaram. Optamos, neste trabalho, por produzir as narrativas com base em nossas significações sobre as suas vivências, conhecidas por nós por meio de entrevistas que realizamos com elas. Fazer dessa forma atende aos propósitos do presente trabalho. Consideramos a importância de também utilizar as narrativas produzidas por elas mesmas nas produções teóricas, trabalhando assim com as suas significações sobre as suas vivências. Tal recurso metodológico está sendo empregado em outras produções teóricas ainda não publicadas.

Essas narrativas têm como objetivo problematizar como os dispositivos pedagógico e da sexualidade vão conduzindo suas vidas e lhes aplicando as micropunições que constantemente mostram que a escola não é o lugar para um corpo grávido, e o cuidado com as suas filhas deve ser a prioridade de suas vidas.

#### **Tamara**

Tamara tem 17 anos. Namora desde os 12 e disse que casou por amor. Foi morar com o companheiro dois meses antes de ter a filha, por insistência dele e também para que a bebê ficasse junto com o pai. Segundo ela: “Não tem como deixar a criança longe do pai. O pai, quanto mais presente, melhor para a criança”. Vemos operando aí a norma que produz a família estruturada. A demarcação dos papéis é clara: Tamara cuida da filha e o companheiro procura trabalho, que é escasso.

Engravidou com 15 anos. Com atestado médico por conta de problemas de saúde, ficou em casa desde os sete meses de gestação. A barriga não se mostrou na escola. Recebeu em casa as atividades enviadas pelas professoras e realizava todas até a filha nascer. Depois, não conseguiu mais.

Ficou feliz com a gravidez, que não considera precoce, pois uma “criança muda as coisas”. Diz que não pode estudar porque a filha não quer ficar com outras pessoas. Está sendo pressionada pelo judiciário para retornar à escola, mas disse que só voltará se conseguir a vaga na creche próxima a sua casa. Já avisou o Conselho Tutelar que a filha não acostuma ficar com ninguém. Quando vai sair, tenta distrair a filha e ela lhe segue com o olhar. O olhar que a lembra de que é ela quem deve cuidar da criança.

Cuidar dos filhos e das filhas é tarefa da mulher. Badinter (1985), Castel (1987) e Foucault (1988) mostram como o dispositivo da sexualidade se encarregou de fortalecer a família, tornando o seu seio o lugar mais apropriado para criar um/a filho/a. Também colocou nas mulheres a principal figura para realizar essa tarefa. Tamara mostra como sua vontade de estudar é apagada pela imposição dos outros: o companheiro quis que ela viesse morar com ele, a filha não quer ficar com outra pessoa. Esse contexto torna impossível voltar a estudar sem culpa. Se deixar a filha para ir para a escola, a criança vai chorar, não vai acostumar. Não importa que o companheiro tenha se oferecido. É obrigação de Tamara cuidar de sua filha. Isso já foi subjetivado por ela.

Cuidar da casa, da família, da filha traz um reconhecimento social como mãe. Ter uma família, no caso de Tamara, constituiu um projeto de vida realizável, em que, “[...] “apesar do sexismo”, seria possível a experiência de dignidade e amor próprio” (BIROLI, 2018, p. 38). A adolescente relata que gostaria de trabalhar num mercado, que é muito difícil conseguir um emprego com carteira assinada na pequena cidade onde mora. Segundo ela, existem pessoas com o ensino superior que não conseguem essa colocação. Apesar de nunca ter reprovado, Tamara foi aprovada em várias ocasiões por Conselho de Classe, o que revela um desempenho escolar precário. Assim, quando o projeto de vida via escolarização foi se afastando da realização, constituir uma família passou a ser um projeto possível que lhe trouxe alguma satisfação e reconhecimento social. Silvia Alexim Nunes (2013), Tania Ribeiro Catharino (2008) e Margareth Almeida (2002) também encontraram adolescentes que, assim como Tamara, engravidaram quando estavam em situação de não aprendizagem e desejaram ser mães.

Por mais que oficialmente a lei garanta a essas alunas o direito de permanecer estudando até os 17 anos, é preciso considerar que estar na escola sem aprender retira a função social da educação formal. Se a promessa é conseguir um emprego, Tamara já percebeu que isso é difícil até para quem teve mais sucesso que ela na escola.

Ulrich Beck (2011) nos alerta para a expansão educacional, que corre junto com o aumento do desemprego. A transformação da educação em um produto a ser consumido causou uma desvalorização dos diplomas. Com eles,

[...] obtém-se apenas o direito de participar da concessão de oportunidades de conseguir um posto de trabalho, mas não um posto de trabalho [...]. Somente o diploma não basta; é preciso adicionar “postura”, “relações”, “domínio de idiomas”, “lealdade” – ou seja, critérios extrafuncionais subliminares, que comprovem a pertença a “círculos sociais” que deveriam ter sido superados com a expansão educacional (BECK, 2011, p. 129).

Para além de estudar, é preciso ter bom desempenho, o que é constantemente reforçado pela competitividade das avaliações internas e externas. Assim, quem não se encontra nos primeiros lugares, quem não agrega alguns elementos que os/as distingam, que os/as tornem melhores, que produzam uma biografia profissional (BECK, 2011) está fora do jogo.

Na contemporaneidade, a biografia agrega a si adjetivações ligadas à produção do capital humano: empreendedorismo, resiliência, flexibilidade, criatividade. Essas qualidades vão sendo produzidas com a escolarização, mas

também com o acesso aos bens sociais e culturais. A população que é excluída pelas condições econômicas, étnicas, de gênero, de fracasso escolar vai acumulando desvantagens. São as pessoas *inempregáveis* (CASTEL, 2005).

Tamara estudava numa escola do campo durante o Ensino Fundamental. Foi cursar o Ensino Médio numa escola urbana. Disse que não tinha amigas nem com quem conversar, mesmo estando nessa escola havia mais de um ano. A primeira pessoa que soube de sua gravidez foi a diretora, que já estava desconfiada.

Nessa escola, começou a regulação do corpo da adolescente pelo Estado, por meio da medicalização que objetivava demarcar o período correto para a gravidez. A enfermeira lhe aplicava mensalmente a injeção anticoncepcional, pois ela estava namorando. O que não se levou em conta foram os efeitos colaterais, que a fizeram deixar de usá-lo. O controle de natalidade das mulheres pobres não considera as diversas reações que os métodos contraceptivos podem causar em seu corpo, como as dores na barriga relatadas por Tamara. A dor e o desconforto não importam. Importa a regulação.

A adolescente conta que as/os professoras/es não reclamaram de sua gravidez, embora tenham dito que “era muito cedo”. Algumas colegas também lhe falaram que ela havia engravidado muito nova. Carolina Carbonel dos Santos *et al.* (2014) apontam para vergonha e receio do julgamento como fatores que favorecem o abandono escolar de alunas grávidas. Talvez fosse cedo para quem tivesse um projeto de futuro realizável, que lhe oferecesse oportunidades. Tamara vive com 90 reais mensais do Programa Bolsa Família. Quando foi à creche matricular a filha, pediram que ela mandasse lenços umedecidos e fraldas. Não tinha. A criança não está na creche. Tamara não está na escola.

### Nathália

Nathália tinha 17 anos quando soube que estava grávida. Ficou assustada. Trata-se de um período em que muitas adolescentes estão experimentando a própria sexualidade. Apesar de haver muitas informações disponíveis sobre como evitar uma gravidez, nem sempre são suficientes.

A informação não deixa lugar para a experiência; ela é quase o contrário da experiência, quase uma antiexperiência. Por isso a ênfase contemporânea na informação, em estarmos informados, e toda a retórica destinada a constituir-nos como sujeitos informantes e informados. A informação não faz outra coisa que cancelar nossas possibilidades de experiência (BONDÍA, 2002)

Talvez seja esse um dos efeitos do excesso de informações: impedir que as adolescentes vivessem a experiência com seu corpo, porque sua função é a de silenciar a sua relação consigo mesma, de fazer um corpo submetido às informações que nada dizem ao sujeito sobre seu corpo, sobre si mesmo, sobre sua relação com o outro e com o mundo. As informações tendem a direcionar o sujeito a atender às demandas de uma sociedade. Reduzem o potencial humano ao consumo e à produtividade.

Parece haver nesse ponto um vácuo, pois de um lado a escola enfatiza a informação em detrimento da experiência e, por outro lado, o corpo do adolescente pede pela experiência. Assim, muitos jovens vivem e aprendem sua

sexualidade de forma clandestina, como algo proibido e como deslocado de sua constituição do sujeito.

E foi assim também com Nathália. Cada vez que falava para as pessoas sobre sua gravidez, a primeira coisa que ouvia era: “Se você não queria, por que não evitou?. Hoje há tantas informações para evitar uma gravidez! Você possui plano de saúde para se consultar com a ginecologista, por que não perguntava à sua médica como praticar sexo seguro? Por que não se cuidou?”. Essas falas vão produzindo a vergonha e a culpa. Punição, por ser uma desviante da norma.

Foucault lembra-nos de que há um momento, denominado idade de ouro pela cultura helenística e romana, no qual o cuidado é compreendido não enquanto privilégio, mas antes como imperativo para todos e presente nas relações sociais de amizade, de parentesco, em instituições, comunidades e escolas. Nesse sentido, o cuidado está conectado com a formação do sujeito e, quando está endereçado aos/às jovens, tem a função de “[...] preparar-se para a vida, armar-se, equipar-se para a existência” (FOUCAULT, 2010, p. 80).

A primeira acusação que Nathália recebeu em relação a sua gravidez foi a de não ter tido cuidado. Em nenhum momento seu namorado sofreu tal cobrança. Elas se devem ao fato de que Nathália, ao engravidar, não correspondeu às expectativas que a família, a escola e a sociedade haviam lhe imposto de forma silenciosa, fazendo funcionar o dispositivo da sexualidade. Ela estava sendo preparada para o mercado de trabalho, para atender às expectativas e sua gravidez anuncia seu rompimento com essas demandas.

Num primeiro momento, não aceitava a gravidez. Não quis continuar na escola. Estudava em uma instituição particular, e fazer o cancelamento da matrícula foi muito tranquilo. Nada foi pedido, mesmo estando dentro da idade compreendida pela escolaridade obrigatória. Em casa sentiu-se protegida, estudou para a prova do ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) enquanto sua filha crescia em seu ventre. Transformava o espaço vazio no quarto da pequena Maria Luisa, enquanto sofria os efeitos do preconceito nos olhares das pessoas: o olhar vigilante como tecnologia do poder disciplinar (FOUCAULT, 2009). Por isso, não gostava muito de sair de casa. Já havia sido subjetivada pelo dispositivo da sexualidade.

O tempo foi passando. Fez a prova do ENCCEJA e foi aprovada. Sua filha nasceu. Durante algum tempo, Nathália ainda resistiu muito a ser mãe. Dizia que não a amava. Estava capturada pelo discurso do mito do amor materno. A relação de cuidado que se desenvolve entre mãe e filha não é natural (BADINTER, 1985).

Hoje Nathália estuda enfermagem no período matutino e cuida de sua filha no período vespertino. Compartilha os cuidados com o pai de sua filha, com sua mãe, sua irmã e suas amigas. Não é tranquilo atender às exigências de trabalhos acadêmicos, estágios. Nem a universidade nem a escola foram pensadas para os corpos grávidos e para as mães. Nathália ainda vive as recriminações nas práticas pedagógicas, nas cobranças por ter engravidado na adolescência e ter de deixar a filha aos cuidados dos/as outros/as para estudar.

Em alguns momentos, negam-lhe o direito de fazer os trabalhos compartilhados. Situações que a fazem lembrar constantemente que o lugar de mãe não é na escola. A escola na contemporaneidade tornou-se um espaço em

que a competitividade impede de compartilhar afetos, criar laços de amizade, viver relações de intimidade.

A rede de cuidados que se formou em volta de Nathália teceu uma proteção que minimizou os efeitos das biopolíticas sobre seu corpo e sobre si mesma. Essa rede acontece nas relações sociais. São potências que produzem formas criativas de resistir, de escapar de instituições que expulsam as alunas-mães.

### **AS AÇÕES DE PERMANÊNCIA: AS RESISTÊNCIAS E A PRODUÇÃO DE POLÍTICAS DO CUIDADO**

As mulheres estão trilhando possibilidades de ser alunas-mães, apesar de haver todo um aparato arquitetural, de segurança, de discursos e de práticas que compõe o dispositivo e que as faz se sentirem culpadas quando deixam o cuidado da família para cuidar de seus desejos. Para fazer resistência ante as barreiras à permanência, existem formas de organização que denunciam as técnicas utilizadas pelo dispositivo da sexualidade em toda a sua astúcia e que agem de maneira a ser perceptível apenas para seus alvos: as alunas-mães.

Os relatos de Tamara e de Nathália falam de suas experiências com a gravidez e a maternidade na escola. Em comum, o afastamento enquanto a barriga crescia e a recriminação pela gravidez na adolescência. Ficar em casa era uma forma de escapar ao olhar que julgava, recriminava, excluía. Ambas queriam voltar a estudar. Porém foram as condições financeiras mais favoráveis de Nathália que permitiram que ingressasse na universidade. Tamara não teve a mesma sorte. Para retornar, é preciso um contexto favorável.

Para dar visibilidade às vivências das alunas-mães em instituições de ensino superior, e assim ter uma ideia da dimensão das violências que lhes são endereçadas, o coletivo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) MãeEstudante criou a *hashtag* #SerMãeNoCampusÉ como estratégia para denunciar o assédio que vivenciam, muitas vezes na presença de seus/suas filhos/as. Várias respostas a essa *hashtag* escancararam a forma como a maternidade é tida como incompatível com a vida acadêmica:

- #SerMãeNoCampusÉ estar de licença maternidade e receber emails de professores ameaçando com reprovação caso você não vá fazer prova presencial;
- #SerMãeNoCampusÉ ser barrada com seus filhos na entrada do restaurante universitário exatamente por estar com seus filhos.
- #SerMãeNoCampusÉ não poder entrar na aula ou ser expulsa porque precisa levar seu filho junto.
- #SerMãeNoCampusÉ ser constrangida pelos colegas ao levar sua filha às aulas.
- #SerMãeNoCampusÉ ouvir grosseria da assistência social da universidade com adicional de ameaça sobre conselho tutelar porque traz seu filho pro campus.
- #SerMãeNoCampusÉ entrar de licença maternidade e ter que correr atrás de professor para "dar um jeito" de te avaliar.
- #SerMãeNoCampusÉ ter os colegas de turma decidindo não te chamar para os trabalhos em grupo porque dizem por você que você não tem tempo pra nada, que você tem que cuidar

do seu filho etc. (MÃESTUDANTE/UFSC, 2019, s. p.).

É naturalizado que o lugar mais adequado para que as mães cuidem dos/as filhos/as seja a casa. Julga-se que existe incompatibilidade entre a vida acadêmica e a maternidade, e isso faz com que elas sejam alvo de assédios, que se travestem de comentários, piadas, restrições, ameaças. Aparentemente são situações que ocorrem de maneira isolada, criando a impressão de que não deveriam estar lá. Porém, quando ganham visibilidade dessa maneira, percebemos a força do dispositivo sobre as alunas-mães. As ações cotidianas vão dificultando a presença de cada uma, tornando tal situação uma questão individual e não das mulheres. Por isso funcionam tão bem.

Os depoimentos mostram o viés implícito, ou seja, aquilo que produz julgamentos que, embora não sejam conscientes, reproduzem a naturalização das diferenças de gênero na performance escolar, com uma forte influência nas ações exclusivas (UFF, 2018). Essa prática se inicia desde cedo, diferenciando os gêneros.

Desde pequenas, somos julgadas como inferiores intelectualmente. Esse julgamento também é umas das estratégias do dispositivo da sexualidade, produzindo a norma para os modos de ser mulher pautados no cuidado e que têm como consequência a desigualdade nas carreiras. Assim, são colocadas em circulação um conjunto de práticas e discursos que não dizem respeito somente às escolas, mas as atravessam, agindo por outras instâncias, como os meios de comunicação de massa, o aparato judiciário, religiões, família, mercado de trabalho, produção científica. Para compreender os caminhos por onde o dispositivo opera, é preciso prestar atenção nos discursos e nas práticas, como aquilo que aparece nos depoimentos da #SerMãeNoCampusÉ.

O coletivo MãEstudantes luta pelo reconhecimento do direito de ser mãe e ser acadêmica e se define como um coletivo de caráter “[...] anticapitalista e independente, pioneiro na construção de política de permanência para mães universitárias” (MÃESTUDANTE/UFSC, 2019, s. p.). Ele surgiu quando um professor não permitiu que uma aluna permanecesse com seu filho na sala. Na semana seguinte, na aula desse docente, várias alunas levaram crianças e ele não pôde expulsar a todas. Perceberam, assim, que a coletividade seria uma estratégia para a reivindicação de políticas de permanência na UFSC.

Os depoimentos deixam claro a pressão para que as alunas-mães ajam como se seus/suas filhos/as não existissem. Essa prática só funciona tão bem porque opera no limite entre o direito e a negação do direito. Enquanto são ações individualizadas, fazem parecer que o erro está na aluna por ter engravidado ou por ser mãe, e que agora deve assumir o cuidado com sua/seu filha/o como prioridade. Porém, quando essas discriminações se tornam publicizadas, se constituem numa denúncia a uma prática que está institucionalizada. Assim, quando caem no campo da negação do direito, obrigam as escolas e universidades a pensarem em políticas públicas para as alunas-mães.

Foi o que aconteceu na UFSC. Os depoimentos de #SerMãeNoCampusÉ. viraram cartazes, que foram afixados nos prédios pelos centros acadêmicos, dando visibilidade ao assédio. Na página do Facebook é possível constatar ações que objetivam reunir as mães e pais do *campus* e discutir as suas pautas. Houve mudanças arquitetônicas, como a presença de fraldário nos banheiros. A iniciativa garantiu que as mães e os pais pudessem fazer o vestibular deixando os/as

filhos/as no espaço para crianças chamado *CRIA*. Também impulsionou a criação de um Grupo de Trabalho na UFSC cujo objetivo é elaborar políticas de permanência para alunas-mães.

O *Parent in Science* também é outra ação que objetiva discutir a maternidade e a paternidade no universo da ciência brasileira, pesquisando o impacto dos filhos e das filhas na carreira científica. Os dados parciais coletados nos questionários enviados para docentes universitárias/os mostram um impacto negativo da maternidade na produção da carreira acadêmica:

O levantamento preliminar do *Parent in Science* ouviu 1.299 docentes mulheres, 141 docentes de pós-graduação, 21 pós-doutorandas e 88 pais (maridos/companheiros de cientistas mulheres). Nele, 81% das cientistas consideram que ter um filho causa um impacto negativo ou muito negativo na carreira, e 54% das mães são as únicas responsáveis por cuidar dos filhos (CUDISCHEVITCH, 2019, s. p.).

Os depoimentos de alunas de pós-graduação colhidos em 2018 evidenciam como o assédio produz dificuldade para as mulheres prosseguirem seus estudos quando engravidam. Selecionamos alguns que representam essa condição:

- O assédio que sofro dos meus supervisores/orientadores é constante. Sugeriram que eu escondesse a gravidez até ter cumprido determinadas metas.
- Pouco apoio da instituição de ensino e pouca empatia com a discente grávida.
- A barriga crescendo parece incomodar um pouco. Percebe-se um olhar do tipo “vc está interrompendo sua carreira”... E aqueles, os quais pareciam ser flexíveis e compreensivos passam a ser taxativos e distantes (Fernanda STANISCUASKI, 2018).

A regulação do corpo da mulher para a maternidade no tempo ideal difere conforme a classe social e a atividade profissional. Mas, na maioria das vezes, a noção de risco fundamenta as recriminações e discriminações das alunas-mães: risco de não ter produção acadêmica, de não cumprir prazos, de desistir, de não cuidar dos/das filhos/as. Um jogo que constantemente lhes lembra de que “a infância saudável é a chave para o adulto produtivo” (CASTEL, 1987) e que, ao mesmo tempo, lhes exige uma *performance* como se as/os filhas/os não existissem.

As biopolíticas que operam o dispositivo da sexualidade são entrecruzadas com a necessidade de produtividade imposta pela carreira acadêmica. Elas enquadram a gravidez naquilo que se convencionou como a melhor época. A gravidez na adolescência e na juventude é considerada inadequada, e para produzir os saberes que fundamentam essa inadequação, instaura-se um discurso que, “[...] de forma sutil, tinge a gravidez na adolescência com as cores da criminalização e da patologização” (NUNES, 2013, p. 2).

Para fazer essa regulação, passa-se a medicalizar o corpo das adolescentes e jovens. A gravidez na adolescência é tratada como um problema de saúde pública, que precisa ser prevenido, pois é um período que não oferece as condições físicas e emocionais necessárias à maternidade. O fato de não ter escolhido aquilo que foi determinado como melhor opção para a sua vida – a escolarização – deve fazer

com que a jovem arque com as consequências de sua decisão inadequada. Assim, a responsabilidade de criar o filho ou filha recai sobre ela.

O discurso sobre a maternidade na adolescência tenta subjetivar as alunas e os alunos. Quem está nessa condição percebe as críticas que lhes são endereçadas. O dispositivo da sexualidade impõe uma norma que moraliza as práticas sexuais, determinando o tempo ideal:

[...] há correspondência entre o sexo aceitável e a maternidade respeitável, assim como o sexo reprovável e a maternidade que, vista como resultado de escolhas irresponsáveis e equivocadas, configura-se como um ônus que a mulher deve carregar (BIROLI, 2018, p. 136).

Tratar as alunas-mães com respeito, sem moralização, é uma das chaves para a permanência. Cuidar de filhas/os pressupõe ausências por conta de doenças, menos tempo para fazer os trabalhos acadêmicos e para estudar, cansaço decorrente da atenção constante e de noites mal dormidas. Se não existem condições diferenciadas para as alunas-mães, as discriminações e o trabalho dobrado vão afastando-as dos estudos, até que não retornem mais. Esse contexto ainda pode ser mais desfavorável se existe um histórico de fracasso escolar: “[...] a gravidez aparece como um motivo de abandono definitivo da escola quando esta já não faz mais parte do projeto de vida das adolescentes” (ALMEIDA, 2002, p. 202).

A gravidez durante o período de estudos provoca um deslocamento das biopolíticas, que antes eram voltadas para a escolarização e que passam a ser direcionadas para a proteção da maternidade (RATUSNIAK, 2019). Por isso, a constante suspeita de que não conseguirão conciliar estudo e cuidados com as/os filhas/os faz agir sobre elas uma série de práticas que lhes empurram para a vida doméstica.

A ajuda necessária para que as alunas-mães permaneçam estudando vem quase sempre de outras mulheres. Quando precisam levar seus filhos na escola, as colegas auxiliam no cuidado. São as mulheres da família que cuidam da filha de Nathália enquanto ela realiza as atividades acadêmicas. O coletivo MãeEstudante foi criado por mulheres estudantes de graduação. A iniciativa do *Parent in Science* foi tomada por professoras universitárias e pesquisadoras.

Em todas essas situações, o cuidado que garante a permanência e que denuncia o assédio que sofrem as alunas-mães é um problema posto pelo feminismo. Teóricas brasileiras têm problematizado a questão do cuidado nas políticas públicas para a igualdade de gênero (KUHNEN, 2014; Ilse ZIRBEL, 2016). Porém é preciso estar atenta/o para a essencialização de uma ética feminina vinculada ao cuidado com a família, que não produz um alcance social e que reforça a dicotomia entre as características femininas e masculinas. O cuidado como uma função pública e como uma pauta política é essencial para a vida coletiva e para a construção de relações cooperativas e colaborativas. Por isso, deve ser assumido como um trabalho remunerado, de homens e de mulheres, e como um direito fornecido pelo Estado (Michele F. REDONDO, 2015).

O cuidado e o mundo do doméstico, da forma como estão estruturados na maioria das sociedades, são um obstáculo à equidade, à liberdade e à autonomia das mulheres e uma das principais fontes de desigualdade e injustiça (ZIRBEL,

2016). As problematizações dessas condições pelas teorias feministas produzem novas chaves teóricas para fundamentar políticas públicas que produzem deslocamentos nas funções do cuidado das mulheres para as pessoas e para as instituições. Permitem compreender a produção das desigualdades e a manutenção de um sistema de privilégios que hierarquiza as populações, oferecendo oportunidades conforme o gênero, a raça, a classe social, a sexualidade, a localização geográfica. São imprescindíveis para a equidade.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As histórias de Tamara, de Nathália e das estudantes que denunciaram o assédio por meio da *hashtag* #SerMãeNoCampusÉ e das pesquisadoras do *Parent in Science* nos mostram como operam as micropunições que resultam naquilo que se institucionalizou como evasão ou desistência, mas que esconde uma forma de expulsão, quando não oferece alternativa que não abandonar os estudos.

Angela Davis (2016) nos alerta: a industrialização do trabalho doméstico seria uma saída para as mulheres seguirem suas carreiras profissionais, todavia economicamente não é interessante, visto que esse trabalho já é feito pelas mulheres sem precisar de investimentos tecnológicos e sem nenhuma remuneração. O direcionamento das mulheres para o espaço doméstico é um dos pilares da desigualdade de gênero. O presente texto mostra que as instituições educativas colaboram para tal exploração.

A permanência das alunas-mãe é uma das chaves para a divisão das tarefas domésticas. O cuidado que favorece essa permanência e o prosseguimento na escolarização é realizado principalmente por mulheres, que se organizam para minimizar as barreiras impostas às alunas-mães. Para expandi-lo e torná-lo uma ação política, é preciso ampliar as discussões sobre a desigualdade de gênero.

# Is it possible to be a student mother? Notes on the moralization of pregnancy/maternity and the care practices that help the permanence in educational institutions

## ABSTRACT

Family care is the second reason for school evasion and school abandon between adolescent and young female students. The objective of this paper is to discuss how the dispositive of sexuality operates the biopolitics that preclude or difficult the permanence of pregnant students and mothers in schools and universities, displacing them to the domestic space. The paper takes as its starting point the experience of two high school students who dropped out of school during pregnancy, highlighting the effects of the watchful eye that judges them, making staying at home a place of refuge that protects them from effects of the moralization of teenage pregnancy. Subsequently, it analyzes some care actions from the women's collective organizations that report the violence addressed to the student mothers who decide to follow their studies, pressuring them to give up their academic career. These collectives strengthen resistance against compulsory expulsions by producing movements that institutionalize care, which promote the development of policies for the permanence of pregnant students and mothers in educational institutions.

**KEYWORDS:** Compulsory school expulsions. Pregnancy. Motherhood. Educational institutions. Sexuality dispositive.

# Es posible ser una madre estudiante? Notas sobre la moralización del embarazo/maternidad y prácticas de cuidado que favorecen la permanencia en instituciones educativas

## RESUMEN

El cuidado con la familia es la segunda razón de la evasión escolar de las estudiantes. El objetivo de este artículo es discutir cómo el dispositivo de la sexualidad opera las biopolíticas que impiden o dificultan la permanencia de las estudiantes embarazadas/madres en instituciones educativas, trasladándolas al espacio doméstico. El texto toma como punto de partida la experiencia de dos estudiantes que abandonaron la escuela durante el embarazo, prestando especial atención a los efectos del ojo vigilante que los juzga, haciendo que el quedarse en casa sea un lugar de refugio que los proteja de efectos de la moralización del embarazo adolescente. Posteriormente, analiza algunas acciones de atención de las organizaciones colectivas de mujeres que informan sobre la violencia dirigida a las estudiantes madres que deciden seguir sus estudios, que fortalecen la resistencia contra las expulsiones compulsorias al producir movimientos que institucionalizan el cuidado, lo que impulsa el desarrollo de políticas para la permanencia de las estudiantes embarazadas y las madres en las instituciones educativas.

**PALABRAS CLAVE:** Expulsiones compulsorias. Embarazo. Maternidad. Instituciones de enseñanza. Dispositivo de sexualidad.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Margareth Aparecida Santini de. Gravidez adolescente: a diversidade das situações. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 2, p. 197-207, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/319>. Acesso em: 18 jun. 2018.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**. São Paulo: Editora 34, 2011.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas [online]**, v. 19, n. 2, p. 549-559, ago. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/21485>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

BERTHO, Helena. 48% das mães ficam desempregadas no primeiro ano após o parto. **Universa Uol**, 28 ago. 2017. Disponível em: <<https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2017/08/28/48-das-maes-ficam-desempregadas-no-primeiro-ano-apos-o-parto.htm>>. Acesso em: 7 jul. 2018.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acesso em: 27 out. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASTEL, Robert. **A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CATHARINO, Tania Ribeiro. **Da gestão de riscos à invenção do futuro: um outro olhar sobre a gravidez na adolescência**. Rio de Janeiro: Quartet, 2008.

CUDISCHEVITCH, Clarice. **Parent in Science levanta dados para avaliar impacto da maternidade na carreira científica**. Disponível em: <<https://serrapilheira.org/parent-in-science-levanta-dados-para-avaliar-impacto-da-maternidade-na-carreira-cientifica/>>. Acesso em: 18 out. 2019.

DARRÉ, Silvana. **Maternidad y tecnologías de género**. Buenos Aires: Katz Editores, 2013.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. O jogo de Michel Foucault (1977). *In*: FOUCAULT, Michel. **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, p. 44-77. (Ditos & Escritos IX).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2009.

KUHNEN, Tânia Aparecida. A ética do cuidado como teoria feminista. *In*: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 3, 2014, Londrina. **Anais...** Disponível em: <[http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10\\_Tânia%20Aparecida%20Kuhnen.pdf](http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_Tânia%20Aparecida%20Kuhnen.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2019.

LESSA, Daniele. **Especial Licença-Maternidade 2 – evolução das leis e costumes sobre licença-maternidade no Brasil**. Reportagem especial para a Rádio Câmara. 2007. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/reportagemespecial/347647-especial-licen%c3%87a-maternidade-2-evolu%c3%87%c3%83o-das-leis-e-costumes-sobre-licen%c3%87amaternidade-no-brasil-\(06'02''\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/reportagemespecial/347647-especial-licen%c3%87a-maternidade-2-evolu%c3%87%c3%83o-das-leis-e-costumes-sobre-licen%c3%87amaternidade-no-brasil-(06'02'').html)>. Acesso em: 8 jul. 2018.

MÃESTUDANTE/UFSC. Coletivo de Mães Estudantes da UFSC. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/ColetivoMaestudantesUFSC/posts/?ref=page\\_ternal](https://www.facebook.com/pg/ColetivoMaestudantesUFSC/posts/?ref=page_internal). Acesso em: 9 out. 2019.

NUNES, Silvia Alexim. Maternidade na adolescência e biopoder. **EPOS**, v. 4, n. 1, p. 1-17, jan./jun., 2013. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-700X2013000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2013000100006)>. Acesso em: 26 jun. 2017.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista; MAIO, Eliane Rose. Re/des/construindo in/diferenças: a expulsão compulsória de estudantes. **Revista da FAEÉBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 45, p. 159-172, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/2292/1598>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

RATUSNIAK, Célia. **Processos por abandono intelectual e os efeitos da judicialização da evasão escolar: gênero, raça, classe social e as biopolíticas que produzem o fracasso escolar e as expulsões compulsórias**. Tese (Doutorado em Educação)–Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <<http://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=4257>>

2&idprograma=40001016001P0&anobase=2019&idtc=1476>. Acesso em: 1º nov. 2019.

REDONDO, Michele Franco. A teoria do cuidado e as motivações feministas a uma política do cuidado. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICA DE SOCIOLOGIA, 30., 2015, Porto Rico. **Anais...** Disponível em: <<http://sociologia-alas.org/acta/2015/GT-11/A%20teoria%20do%20cuidado%20e%20as%20motiva%C3%A7%C3%B5es%20feministas%20a%20uma%20pol%C3%ADtica%20do%20cuidado.docx>> Acesso em: 20 out. 2019.

SANTOS, Carolina Carbonel dos *et al.* Perfil social de adolescentes gestantes e abandono escolar. **Adolescência & Saúde**, v. 11, n. 3, p. 71-76, p. 2014. Disponível em: <[http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe\\_artigo.asp?id=453](http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=453)>. Acesso em: 9 out. 2019.

SARAIVA, Adriana. Das jovens fora da escola, 26% alegam cuidar da casa, de crianças ou idosos. **Agência IBGE de Notícias**, 2017 (atualizado em 2018). Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18993-das-jovens-fora-da-escola-26-alegam-cuidar-da-casa-de-criancas-ou-idosos>>. Acesso em: 7 jul. 2019.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio das famílias. *In*: PINSKI, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

STANISCUASKI, Fernanda. Um estudo detalhado sobre o impacto da maternidade na carreira científica das mulheres brasileiras. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MATERNIDADE E CIENCIA, 1., 2018, Porto Alegre. **Anais...** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 10 e 11 de maio de 2018. Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/humanista/wp-content/uploads/2018/07/Parent-in-Science\\_principais\\_dados.pdf](https://www.ufrgs.br/humanista/wp-content/uploads/2018/07/Parent-in-Science_principais_dados.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2019.

UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Manual de boas práticas para processos seletivos. Reduzindo o viés implícito**. Grupo de trabalho Mulheres na Ciência. 2018. Disponível em: <[https://7715ac74-a3e7-4f18-b4e5-c24eb83965c5.filesusr.com/ugd/ddd761\\_84b0ec5b7abf4cf5a65bd4361b7240e3.pdf](https://7715ac74-a3e7-4f18-b4e5-c24eb83965c5.filesusr.com/ugd/ddd761_84b0ec5b7abf4cf5a65bd4361b7240e3.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2019.

ZIRBEL, Ilse. **Uma teoria político-feminista do cuidado**. Tese (Doutorado em Filosofia)–Programa de Pós- Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/167820>>. Acesso em: 1º nov. 2019.

**Recebido:** 02/11/2019.

**Aprovado:** 23/07/2020.

**DOI:** 10.3895/cgt.v14n43.11037.

**Como citar:** RATUSNIAK, Célia; CÉSAR, Maria Rita de Assis; SILVA, Carla Clauber. É possível ser mãe-aluna? Notas sobre a moralização da gravidez/maternidade e as práticas de cuidado que favorecem a permanência nas instituições de ensino. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 169-188, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

Célia Ratusniak

Caixa Postal 6, CEP 85570-000 - Mallet - Paraná - Brasil

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

